

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA  
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

FLEISCHER, David Verge. David Verge Fleischer (depoimento, 2017). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 45min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre BANCO SANTANDER. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**David Verge Fleischer  
(depoimento, 2017)**

Rio de Janeiro

2018

### ***Ficha Técnica***

***Tipo de entrevista:*** Temática

***Entrevistador(es):*** Celso Castro;

***Local:*** Brasília - DF - Brasil;

***Data:*** 26/07/2017 a 26/07/2017

***Duração:*** 1h 45min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória das Ciências Sociais no Brasil”, desenvolvido com financiamento do Banco Santander, entre janeiro de 2016 e dezembro de 2020, com o objetivo de constituir um acervo audiovisual de entrevistas com cientistas sociais brasileiros e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

***Temas:*** Atividade acadêmica; Atividade profissional; Belo Horizonte; Brasília; Cadastramento eleitoral; Carreira acadêmica; Cidadania; Ciência política; Ciências sociais; Estados Unidos da América; Família; Formação acadêmica; Formação profissional; França; Francisco Negrão de Lima; Fundação Ford; Hélio Garcia; Infância; Instituições acadêmicas; José de Magalhães Pinto; Juscelino Kubitschek; Magistério; Mídia; Minas Gerais; Moçambique; Obras literárias; Política; Política nacional; Pós - graduação; Química; Regime militar; Reino Unido; Relações internacionais; Rio de Janeiro (cidade); São Tomé e Príncipe; Sebastião Paes de Almeida; Universidade de Brasília; Universidade de Minas Gerais;

## *Sumário*

Entrevista: 26/07/2017

Arquivo 1: Comentário sobre suas origens familiares e infância nos Estados Unidos; observações sobre a formação e carreira dos pais; relato sobre a chegada ao Brasil em 1962; breve comentário sobre a formação e carreira da irmã; explicação da decisão de estudar graduação na Antioch College; relato sobre a mudança da graduação de Química para Ciência Política; explicação sobre o funcionamento da Peace Corps; comentário sobre o aprendizado do português; relato sobre o programa de capacitação da Peace Corps; comparação das cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Lavras; observações sobre sua chegada a Lavras; relato do trabalho desenvolvido como extensionista rural; observação sobre como conheceu sua esposa Edyr; comentário sobre tempo de permanência em Lavras; observações sobre a política brasileira no período que esteve em Lavras; breve comentário sobre como conheceu Magalhães Pinto e Hélio Garcia; relato sobre como vivenciou 1964; breve comentário sobre a comoção dos mineiros frente a situação de Juscelino Kubitschek; observações sobre a expectativa do governo no regime militar; breves observações sobre a indicação de Tião Medonho e de Negrão de Lima por Juscelino Kubitschek ao governo; comentário sobre retorno para os Estados Unidos em 1964, breve explicação sobre o curso de Química e seu interesse em política; relato sobre acordo com sogro e o retorno ao Brasil em 1966; breve explicação sobre contato com o Orlando Carvalho; relato sobre seu mestrado em Latin American Studies e seu doutorado em Ciência Política pela Universidade da Flórida; relato sobre os encontros que teve com Juscelino Kubitschek; exposição sobre sua vinda para Departamento de Ciência Política da UFMG em 1969; comentário sobre a estratégia de atuação da Fundação Ford; relato sobre a docência na UNB no regime militar; comentário sobre a consolidação do mestrado em Ciências Políticas e a criação da graduação em Ciências Políticas na UNB; observações sobre docência na UFMG no regime militar; relato sobre retorno a Brasília em 1972; comentário sobre a carreira internacional de Gláucio Soares; breve relato sobre seus filhos; comparação entre o doutorado no Brasil, Estados Unidos, França e Reino Unido; breve comentário sobre a não ida para UFMG e sua lua de mel; relato sobre o curso de Ciência Política e Relações Internacionais na UNB; comentário sobre sua atuação com o assessor parlamentar e o curso de especialização em assessoria parlamentar na UNB; explicação sobre a cidadania brasileira e americana; comentário sobre possibilidade de retorno aos Estados Unidos; observações sobre concurso para docente nas universidades; relato sobre aposentadoria: orientações na UNB e criação de graduações na UniDF; explicação sobre sua produção acadêmica; comentário sobre a experiência de participação na comissão pré-eleitoral, em São Tomé e Príncipe e em Moçambique e sua segunda visita a Moçambique.

Arquivo 2: relato sobre entrevistas e participação na mídia; análise da conjuntura política de 2017; indicação de livro acadêmico.

*Entrevista: 26 de julho de 2017*

Celso Castro – Bom, em primeiro lugar, obrigado por ter aceito o convite para participar do nosso projeto, e eu gostaria de começar perguntando ao senhor sobre a sua infância, as suas origens familiares, ainda antes da universidade, onde é que o senhor nasceu...

David Fleischer – Bom, eu nasci em Washington, capital dos Estados Unidos, em 1941, e meu pai trabalhava no National Bureau of Standards, durante a guerra. Depois da guerra, em 1946, ele foi para um novo emprego – ele era químico –, em Albany, Nova Iorque, então, nós mudamos para lá em 1946 e lá que eu comecei a primeira série escolar. Meus pais compraram uma pequena fazenda de mais ou menos 40 hectares, então, eu cresci nessa fazenda de fim de semana e tinha muita interação com a fazenda: nós tínhamos vários animais – nós tínhamos criação de galinha, de peru, de porco, de boi, de carneiro – e muitas plantações, também. Então, até 17 anos, quando eu fui para a universidade, tinha muita interação com a fazenda e eu, claro, aprendi a tirar leite.

C.C. – Sua mãe trabalhava na casa só? Qual era a origem dela?

D.F.– Meus pais se conheceram na universidade, em Hartwick College, em Oneonta, Nova Iorque. Aí meu pai se formou em 1936 e minha mãe ainda faltava um ano para terminar, ele em Química e ela em História, então ela nunca terminou a universidade. Meu pai fez o mestrado dele na NYU – New York University e foi, em 1940, trabalhar no National Bureau of Standards. Mas, ao longo da nossa vida lá, a minha mãe era muito ativa no PTA – Parents and Teachers Association (Associação de Pais e Mestres), e depois ela foi, mais tarde, trabalhar em Albany como lobista dos assistentes sociais etc., e ela também trabalhou bastante como professora substituta, na escola pública local, durante vários anos. Eu mencionei o negócio de tirar leite porque quando eu vim para o Brasil a primeira vez, em março de 1962, com o Peace Corps, para trabalhar na extensão rural em Minas Gerais, eu conheci a família da minha futura esposa – e depois conheci ela e começamos a namorar etc. –, e aí meu sogro ia viajar, e tinha duas vaquinhas, e ele falou: “Aí eu não sei quem eu vou arrumar para tirar leite das vacas”. Eu falei: “Não, meu sogro, eu tiro”. Aí ele ficou meio assim, não é? “Será que esse americano sabe tirar leite?” Eu falei: “Vamos lá para o curral e eu te mostro”. Aí eu tirei o leite direitinho e ele

ficou muito impressionado com a habilidade do futuro genro de tirar leite. Mas, durante esse período que nós morávamos na fazenda, eu era muito ativo no que lá se chama *4-H clubs*, que aqui no Brasil se chama clubes 4-S, clube de juventude rural. Então, foi através desta atividade que eu fui recrutado para vir no primeiro grupo de voluntários da paz do Peace Corps aqui no Brasil, porque nós viemos trabalhar na extensão rural, aqui no Brasil – eu trabalhei na Acar, que hoje em dia é a Emater, em Minas Gerais, com esses clubes de juventude, em 1962, 1963 e 1964.

C.C. – Mas só para... O senhor tinha irmãos?

D.F. – Eu tenho uma irmã. Ela é quatro anos mais nova do que eu – ela nasceu em 1945. Ela é economista. Nós dois frequentamos... fizemos a graduação em Antioch College, um pequeno *college* no sul de Ohio. Depois ela foi fazer o mestrado na Vanderbilt University, como economista, e ela, então, também foi... Ela e o marido dela foram trabalhar no Peace Corps, em Mato Grosso. Mas, quando eles voltaram, em 1972, ele foi ser professor secundário e ela foi trabalhar no governo estadual de Nova Iorque.

C.C. – E por que o Antioch College?

D.F. – Bom, o Antioch College é um *college* que tem *work study plan*, em que você vai estudar um período e depois você vai trabalhar um período, e seu trabalho é vinculado à sua especialização na universidade, no curso de graduação. Então eu fui mais por causa dessa modalidade de *work study*, de estudar e trabalhar junto. E, em vez de quatro anos, o curso levava cinco anos, por causa disso. Então, essa foi a principal razão que eu fui para essa...

C.C. – E o interesse pela Ciência Política? O senhor já entrou por Ciência Política? Como era o curso lá?

D.F. – Não. Isso é outra história. Meu pai era químico, então eu fui estudar química. Eu ia mais ou menos bem estudando química, mas meu Waterloo, meu problema foi que eu fui reprovado duas vezes em cálculo 3, então... [Risos] Quando eu fui para o Peace Corps, eu era um aluno de química muito decepcionado e... Não digo fracassado, mas não bem. Mas quando eu voltei

da minha experiência em Minas Gerais... Eu fui trabalhar no Peace Corps na extensão rural em Lavras, no sul de Minas Gerais, onde tem uma bela universidade federal agora. Então, quando eu voltei – Minha experiência em Minas me atraiu muito para a política, porque eu vi como é que os mineiros faziam política – e aí, quando eu voltei, eu fui conversar com o decano e falei: “Eu quero mudar minha área de concentração para Ciência Política”. Aí ele falou: “Então, vai lá conversar com o chefe do departamento e vê como é que isso ficaria”. Aí eu fui conversar com ele. Ele tinha sido meu professor, acho que no primeiro semestre, de *Government*. Então acertamos que em cinco trimestres eu conseguiria terminar, em Ciência Política. Aí nós fomos para a Universidade da Flórida, em Gainesville, Flórida, onde eu fiz o mestrado e o doutorado em ciência política, na Universidade da Flórida.

C.C. – Mas deixa lhe perguntar antes um pouco sobre o Peace Corps. O Brasil era a única opção que tinha ou havia outras opções, na época?

D.F. – Nós fomos o primeiro grupo que chegou aqui no Brasil, em março de 1962. Quando chegamos, Tancredo Neves ainda era primeiro-ministro.

C.C. – Não, mas eu pergunto: havia a opção de outro país?

D.F. – Não. Nosso grupo foi recrutado principalmente entre pessoas que já trabalhavam com extensão rural nos Estados Unidos, com a atividade de juventude rural, de *4-H clubs*. Nós éramos... Tinha gente com mais idade, que já tinha trabalhado como agente de extensão rural, que é gente com um pouco mais de idade, com 20 e tantos ou 30 anos, mas metade de nós éramos universitários, que tinham largado a universidade para entrar, e tinham uns outros que tinham 18 ou 19 anos, que só tinham o curso secundário. Naquele período, nós fomos o décimo terceiro grupo que foi para o exterior, e não tinha outra opção na nossa área de extensão rural. Depois, essa oportunidade de extensão rural apareceu em outros países, também. Mas foi um recrutamento que foi feito, através do Serviço de Extensão Rural, nos Estados Unidos. Vários projetos do Peace Corps eram terceirizados, vamos supor, porque a administração e gerência do grupo eram feitas por uma organização particular. E no caso do Brasil... – Esse era o governo João Goulart. Bom, era o Jânio Quadros, em 1961, e depois João Goulart –, entrou pela porta através da Abcar, que era a extensão rural no Brasil, que organizou o projeto e depois vendeu

o projeto para o Itamaraty para aprovar. Em outros países... Por exemplo, na África... Eu não sei qual país, acho que era o Senegal, o sindicato dos metalúrgicos da indústria automotiva nos Estados Unidos tinha boas relações com o Senegal, com o sindicato dos metalúrgicos no Senegal, então o Peace Corps chamou o sindicato da indústria automobilística nos Estados Unidos para fazer o projeto com o Senegal, para uma porta de entrada. Quando minha irmã chegou, em 1968, 1969, o Peace Corps tinha aumentado tanto aqui no Brasil que já tinha quase dois mil voluntários. O Peace Corps acabou, aqui no Brasil, se não me engano, em 1977 mais ou menos, mas continua... No Paraguai tem e em vários países aqui na América Latina ainda tem. Mas foi uma experiência muito interessante, para aprender uma nova língua, uma nova cultura e se inteirar de como operava um outro país.

C.C. – O senhor chegou a estudar português antes?

D.F. – Não.

C.C. – Qual foi sua impressão do Brasil?

D.F. – No meu curso secundário, eu estudei espanhol três anos. Mas antes de entrar para o Peace Corps, no final de 1961, como estudante de química, eu fui fazer alemão 1, um período de alemão. Mas estudar outra língua, o alemão, isso ajudou a organizar a cabeça para uma nova língua. E também o resquício de espanhol ajudou a gente a aprender português.

C.C. – Qual foi sua primeira... as primeiras impressões no Brasil? O senhor chegou pelo Rio?

D.F. – Rio.

C.C. – E aí foi direto para Lavras?

D.F. – Não. Quando nós chegamos... Nós começamos nosso treinamento no Centro Nacional de Clubes 4-H, em Washington; depois nós fomos fazer um treinamento em Porto Rico, que eles chamavam de [*outward bound*] *training*, de experiências novas nas montanhas de Porto Rico, na selva lá, etc, e durante quatro semanas nós tivemos que interagir com eles em espanhol.

E nós tivemos uma semana de estágio junto com a extensão rural, em Porto Rico, que foi muito interessante. Mas nós chegamos no Rio e as professoras de português na embaixada, no consulado no Rio, ficaram assustadas. “Nós avaliamos eles e o português deles está pior do que quando saíram de Washington.” Claro, um mês em Porto Rico, não é? Aí, o que fizeram? Nos mandaram para... Naquela época, era chamada Escola Nacional de Agronomia (ENA); hoje em dia é a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, lá no Km 47.

C.C. – Em Seropédica.

D.F. – É, exato. Então nós fomos lá para ter português intensivo, durante... acho que eram seis semanas, e moramos nos dormitórios, junto com os alunos, e as meninas, junto com as alunas. Então, depois, nós chegamos no Rio, tivemos três semanas de treinamento pela extensão nacional do Brasil e depois mais uma semana em BH com a extensão rural em Minas. Então, nosso treinamento foi muito longo: de janeiro até junho. Talvez um dos mais longos na história dos voluntários da paz. Mas a minha primeira impressão com o Rio era muito interessante, porque o Rio era uma cidade organizada diferentemente, tinha uma bela praia, a de Copacabana, e também tinha as montanhas para poder explorar e andar lá em cima, também. Mas BH era outra cidade diferente, uma cidade que tinha sido planejada, relativamente nova, de 1890 mais ou menos, e depois, chegando na cidade de Lavras, onde eu ia trabalhar, era outra realidade. Eu cheguei no hotel, almocei e fui tirar uma soneca e depois, lá pelas quatro horas, acordei e tinha umas... Na praça tinha alguns fogos de...

C.C. – De artifício?

D.F. – Não, de artifício não, de fogueira.

C.C. – Ah! Fogueira.

D.F. – Era mais ou menos dia 2 de junho, aí eu falei com o gerente: “Ah! Isso é o que vocês chamam de São João?”. “Não, São João é mais tarde. Isso nós chamamos de comício político.” E tinha um palanque e gente falando, e eu falei: “Então, esses aí são os candidatos?”. “Sim, são os dois candidatos. Eles são coligados. O mais velho, o careca, é do PSD, é Tancredo Neves, e



o outro, o mais gordinho e mais novo, é do PTB” – não lembro o nome dele. Eu falei: “Mas são dois partidos diferentes, por que estão fazendo campanha juntos?”. “Ah, não, isso é o que nós chamamos de coligação.” [riso]

C.C. – O senhor começou a aprender política brasileira ali.

D.F. – Na hora, não é? Então, eu me tornei muito amigo do prefeito, que era do PSD...

C.C. – O senhor assistiu o comício?

D.F. – Sim. Assisti um pouco.

C.C. – Tancredo falando?

D.F. – Exatamente. Acho que o outro se chamava Castelo Branco. Era candidato a deputado federal. Eu falei: “Mas um é para deputado federal e outro é para deputado estadual?”. “Ah, isso é o que nós chamamos de dobradinha”. [riso] Eu falei: “Muito bem, coligação e dobradinha”. Então eu comecei a aprender um pouco como a política local municipal funcionava.

C.C. – Mas, como extensionista rural, o senhor fazia o que exatamente?

D.F. – Bom, eu e minha parceira, uma americana, nós trabalhávamos junto com a equipe de um agrônomo e também uma moça que era formada em economia doméstica. Então nós trabalhamos com a juventude rural e também atuamos com os fazendeiros. E uma grande novidade que nós estávamos implantando era plantar milho híbrido, que produzia muito mais. Mas os fazendeiros tinham muito receio de experimentar uma coisa nova, “mas, tudo bem, vou deixar meu filho plantar o milho, para ver o que é que dá”.

C.C. – Mas era uma atividade mais técnica, educativa?

D.F. – Sim, exato, mais técnica. Quando eu trabalhava nos clubes 4-H, nos Estados Unidos, um dos meus projetos era na área de gado de leite, então a gente pegava um bezerrinho e criava. Então esse foi um projeto que eu implantei. Nós nos reunimos com pais de dois municípios e o Serviço de Extensão articulou com a Caixa Econômica de Minas Gerais, o MinasCaixa, naquela época – não tem mais –, que fazia empréstimos para a produção rural, e acertamos que eles podiam emprestar um dinheiro para esses meninos adquirirem uma novilha, uma pequena vaquinha. Então nós fomos no município vizinho, de Elói Mendes, numa fazenda que tinha excelente gado holandês, e acertamos a compra de... acho que eram dez novilhas. E aí eu estruturei esse projeto de criar essas novilhas e até aproveitei o material que eu trouxe dos Estados Unidos e fiz um gráfico de crescimento do animal: em um lado do gráfico, os meses, e depois você não precisa pesar. Como é que você vai pesar um animal, não é? Mas você mede a circunferência do peito do animal. Com a idade, esse peito vai crescendo equivalente ao peso. Esse projeto foi tão bem-sucedido que foi adotado em outros municípios, no estado de Minas Gerais. Tenho muito orgulho de ter implantado esse projeto. A gente também ensinava os meninos a plantar mudas de café de boa qualidade e depois vender as mudas. Depois eu inventei outro projeto, de criar frango. Eu tinha um colega em outra cidade, em Boa Esperança, que tinha uma criação de frango de raça, e ele me vendeu 50 ovos, e aí esse menino chocou os ovos e foi criar esses 50 frangos, para depois vender. Esse foi outro projeto muito bem-sucedido que foi adotado depois, de menino criar frango para vender.

C.C. – E o senhor conheceu sua futura mulher lá em Lavras?

D.F. – Sim, lá em Lavras.

C.C. – Nessa estada.

D.F. – Sim. Foi muito inusitado, ou paradoxal. A primeira visita do que é chamado de um mutuário da extensão rural, quer dizer, um fazendeiro que tinha projetos com a extensão rural, foi o irmão mais velho dela, e depois, o primeiro clube de 4-S que nós fomos visitar, a irmã dela era professora rural e era líder desse clube, e aí eu conheci meus futuros sogros, também. Então, quando... Foi outra coincidência... Eu cheguei em junho de 1962 em Lavras, mas eu só conheci minha futura esposa... acho que foi em fevereiro de 1963, e foi uma outra coincidência.

A irmã dela e ela iam pegar o ônibus na cidade para ir para essa área rural onde moravam os pais dela, mas perderam o ônibus e aí a irmã dela falou: “Acho que o David vai hoje para atender nosso clube 4-S lá. Vamos lá no escritório da extensão rural para ver se ele vai”. E aí chegaram lá e era o que você chama em inglês de *love at first sight* (amor à primeira vista). Quando eu vi ela, eu pensei: “Vai ser ela”. Ela demorou um pouco mais para decidir.

C.C. – Qual é o nome dela?

D.F. – Ela se chama Edyr. A irmã dela, Raquel. Então, nós começamos a namorar, ficamos noivos no aniversário dela, em 30 de dezembro de 1963, e casamos em 1º de agosto de 1964.

C.C. – O senhor ficou até quando nessa estadia?

D.F. – Eu fiquei em Lavras desde junho de 1962 até agosto de 1964. Então nós estávamos lá quando estourou a gloriosa.

C.C. – Como é que foi a sua...? O senhor já mencionou a política, através lá do comício do Tancredo, e também como é que aprendeu... começou a aprender como é que era a política brasileira. Qual é a sua lembrança desse período político na região?

D.F. – Bom, o que eu lembro é que era muito comum, até hoje em dia é, pré-inaugurar obras.

C.C. – Reinaugurar.

D.F. – Então, vai inaugurar uma obra... Por exemplo, tinha uma estrada de Lavras a São João Del Rei. Na saída da cidade de Lavras já era asfaltado, mas só uns dois quilômetros e aí virava chão de novo. Então, essa estrada foi pré-inaugurada umas três ou quatro vezes por políticos. Outra coisa que a gente observava era como os vereadores faziam suas campanhas para a eleição junto às comunidades. E que era uma coisa bem inusitada. Em 1963, vários distritos de municípios foram emancipados e viraram municípios independentes e autônomos. Então eu assisti a esse processo em várias das áreas que a gente trabalhava, de emancipação de novos municípios. E foi numa pré-inauguração de uma estrada que eu conheci o governador

Magalhães Pinto. Ele foi chamado... a UDN foi chamada para a pré-inauguração de uma estrada na região. E eu conheci o então deputado federal Hélio Garcia, que depois virou governador de Minas – ele tinha uma fazenda em Bom Sucesso, perto de Perdões, onde a gente também trabalhava. Então, era de contatos com esses políticos que deu para observar como que a política funcionava, naquela época.

C.C. – Agora, em 1964, o golpe de 1964 foi uma surpresa para o senhor? Ou não? Como é que o senhor lembra...?

D.F. – Mais ou menos. Meu colega, que era extensionista, era agrônomo, ele era de Campos, do estado do Rio, então ele e alguns outros me falavam que o negócio não... que João Goulart não estava muito bem. Mas eu lembro, na noite de... acho que foi dia 30 de março, eu fui jantar na casa do meu colega e em Lavras, pegava mal a televisão de BH, mais ou menos mal alguns canais de São Paulo e um pouco melhor os canais do Rio. Porque Lavras é alto, mais ou menos a 800 metros de altura, e pegava essas televisões. Não tinha repetidora; era direto. Então durante o jantar, ele estava com o canal do Rio ligado e nós estávamos jantando – eu não lembro se era TV Excelsior ou qual era a televisão do Rio que estava ligada –, e aí, de repente, a televisão fez um flash ao vivo, e aí ele olhou, e era ao vivo, no Automóvel Clube, no Rio, onde João Goulart estava fazendo um comício e política com os suboficiais – sargentos e subtenentes. E era tudo organizado pelo CGT, e o objetivo era sindicalizar esses suboficiais, que era uma coisa muito inusitada, porque nem na Europa ou nos Estados Unidos tinha isso. Hoje em dia tem, mas naquela época era uma coisa muito nova. Aí meu colega olhou para mim e disse: “David, agora acabou”. E ele acertou: foi justamente naquela noite que o general Mourão Filho, em Juiz de Fora, colocou sua tropa na rua e marchou para o Rio. Então meu colega falou para mim: “Nós temos que tomar cuidado, porque, com essa revolução, eles vão pegar e requisitar muito veículo com tração nas quatro rodas”. Ele tinha um Jeep e eu tinha uma Rural Willys. Então ele disse: “Nós vamos ter que esconder esses dois veículos”. Aí eu falei: “Como?”. O sogro dele era o distribuidor da Brahma, então nós fomos no depósito da Brahma e estacionamos os dois veículos lá no canto, lá no fundo, e os empregados cercaram tudo com engradados de cerveja, para esconder. E ele tinha toda razão, porque a Polícia Militar pegou vários veículos na cidade e confiscou ônibus também. Então nós ficamos sem trabalhar uma semana, mais ou menos, para depois liberar os veículos para voltar a trabalhar. Então a gente observava o

resultado da revolução pelos jornais e um pouco pelo rádio e pela televisão. Era muito engraçado, porque eu tinha fundado uma república, porque era muito melhor do que morar no hotel, então na república, nós tínhamos alguns alunos de Agronomia e nós tínhamos dois militares: tinha um sargento que era do Tiro de Guerra, que fazia o curso de Agronomia, e tinha um tenente que tinha sido soldado durante... na FEB, na Itália, e depois continuou no Exército e chegou a tenente, e ele era encarregado do alistamento militar. Os dois moravam conosco na república. O sargento era ligado ao quartel em Juiz de Fora; já o tenente era ligado ao quartel em São João Del Rei. E aí nós brincamos com eles, dissemos: “Bom, sargento, você vai ter que prender o tenente, porque Juiz de Fora já está na revolução, mas São João Del Rei não falou nada ainda”. E eles... “Vocês estão brincando com coisa muito séria!” Porque jovem brinca muito com essas coisas, não é? E nessa casa, nessa república, nós tínhamos uma dependência de empregada no andar de baixo, e nós alugamos para um francês que era chofer na linha de ônibus para BH, para Belo Horizonte, e ele tinha uma esposa e um filhinho, e aí ele nos contou que no dia 31 ele pegou o ônibus de meio-dia, para chegar em BH tipo quatro e meia da tarde, aí disse: “Nós chegamos em Contagem e eu achei muito estranho, porque não tinha movimento nenhum, não tinha carro, não tinha caminhão, não tinha nada na rua, e não tinha pedestre também. Eu desconfiei que tinha acontecido alguma coisa” Revolução etc.”. Aí em Contagem ele encostou, despejou todo mundo, malas e passageiros, e deu meia-volta, para voltar para Lavras, para tentar evitar que o ônibus fosse confiscado. Ele tinha combustível bastante para voltar. E ele, é claro, um funcionário muito fiel, queria evitar que o ônibus do dono da linha fosse confiscado. Aí chegou em Lavras, entrou na cidade – Lavras tinha um batalhão da PM mineira – e a PM pegou o ônibus dele. [riso] Ele tentou, mas não conseguiu evitar o confisco do ônibus. Porque a PM mineira precisava de muito ônibus, para levar as tropas para cá, para Brasília, porque Brasília estava, vamos supor, não muito confirmada junto à revolução, então as tropas mineiras vieram para cá, para reforçar Brasília. Então essa foi a minha experiência da revolução em 1964. E, claro, os mineiros ficaram muito decepcionados quando Juscelino foi cassado, em junho de 1964, mas, inicialmente, satisfeitos porque o José Maria Alckmin virou vice-presidente do Castello Branco.

C.C. – Mas a expectativa inicial era de que se mantivesse o calendário eleitoral e tudo.

D.F. – Sim, exatamente.

C.C. – Juscelino já tinha inclusive sido lançado pela convenção do PSD.

D.F. – Foi. Juscelino já era candidato aprovado na convenção do PSD. Acho que foi em janeiro ou fevereiro de 1964. E isso foi uma grande decepção para os mineiros.

C.C. – Quando o senhor saiu... O senhor voltou em agosto de 1964, não é?

D.F. – Sim.

C.C. – O sentimento já era de alguma decepção, com o início do regime militar? Porque não se esperava que fosse... Ou não, ou ainda...?

D.F. – Era uma certa expectativa. Porque as promessas de melhorar a situação econômica eram grandes. Porque a inflação estava correndo solta e não tinha correção monetária, então a inflação era um problema muito sério. Então ainda tinha a expectativa de que melhoraria a situação econômica. Mas depois Castello Branco permitiu as eleições para governador...

C.C. – Em 1965.

D.F. – ...tanto na Guanabara como em Minas Gerais.

C.C. – Israel Pinheiro ganhou em Minas.

D.F. – É, Israel ganhou em Minas. Em Minas teve um episódio que foi o seguinte: inicialmente, Juscelino indicou o nome, para o PSD, do Sebastião Paes de Almeida, apelidado de Tião Medonho...

C.C. – Tião Medonho?

D.F. – Tião Medonho era muito acusado de corrupção com o Juscelino, porque ele era o dono da única fábrica de vidro plano em São Paulo e em Brasília tem muito vidro plano, não é?

Então, o Tião foi candidato a deputado federal em 1962, e ele foi apelidado de Tião Medonho por causa do trem pagador. Ele mandava o dinheiro da campanha via trem. Então, você deve saber, no Rio... Tinha o filme do Tião Medonho, que era *O assalto ao trem pagador*, no Rio. Aí o regime militar disse que ele era inelegível por causa de corrupção, que não podia ser candidato. Aí Juscelino indicou outro, que foi justamente Israel Pinheiro, que acabou vencendo. E ele indicou para candidato na Guanabara o...

C.C. – Negrão de Lima.

D.F. – Não. Negrão de Lima foi depois. Inicialmente era o general Teixeira Lott...

C.C. – Ah, sim, sim.

D.F. – ...que tinha sido seu ministro da Guerra e tinha salvado o seu governo, também, [inaudível] Juscelino tomar posse. Ele foi ministro da Guerra no governo anterior. Mas ele tinha seu título eleitoral em Teresópolis, então o governo militar não deixou ele transferir o título para a Guanabara. Aí Juscelino... “Então, vai ser Negrão de Lima.” Que ganhou, não é? E aí Juscelino errou. Ele estava em Paris e ele veio para o Brasil para saborear a vitória, as duas vitórias, mas isso revoltou muito o generalato, principalmente na Vila Militar, no Rio, que estava ensaiando um golpe para derrubar Castello Branco. Mas o Costa e Silva, que era o ministro da Guerra, acalmou a situação e, com o AI-2, acabou com os partidos, etc., para preservar o Castello Branco. Mas nessa época nós não morávamos aqui no Brasil; nós estávamos lá em Yellow Springs, Ohio, onde eu fiz a graduação.

C.C. – Pois é. O senhor mencionou que na volta foi fazer Ciência Política. O senhor decidiu ainda no Brasil, que queria estudar política?

D.F. – Sim, sim, sim. Eu estava decepcionado com o curso de Química, não queria seguir química...

C.C. – E interessado pelo contexto aqui.

D.F. – Minas Gerais fez a minha cabeça, de me interessar pela política. Aí eu voltei e mudei...

C.C. – Sua esposa já foi com o senhor?

D.F. – Foi. Nós casamos em agosto e ela foi comigo. E ela tinha muita coragem de ir para uma terra nova – ela não falava inglês quase nada. E os pais dela ficaram muito preocupados. Aí, ela era professora primária concursada, ela falou para os pais: “Não fiquem preocupados, porque eu tirei uma licença de dois anos sem vencimentos. Se não der certo, eu volto e reassumo meu cargo de professora”. Aí eu prometi para meu sogro, eu falei: “Antes de dois anos, nós estamos aqui de volta para visitar”. E nós voltamos no verão americano, inverno aqui, em 1966, e passamos dois meses visitando, em Lavras. Foi nessa época que eu tive contato com o Orlando Carvalho, um grande professor de Ciência Política, na Faculdade de Direito, em Belo Horizonte, e tomei conhecimento de que a Fundação Ford estava dando dinheiro para implantar dois mestrados em ciência política: um na UFMG e outro no Iuperj, no Rio. Então foi nesse contato com o professor Orlando que eu descobri essa iniciativa da Fundação Ford.

C.C. – Isso em 1966, quando o senhor veio visitar?

D.F. – Sim. Exato. É.

C.C. – Mas aí o senhor foi fazer o mestrado em... *latin american studies*, que era? Lá em Gainesville?

D.F. – Fiz o mestrado em *latin american studies*, na Universidade da Flórida.

C.C. – Em Gainesville.

D.F. – Depois, o doutorado, em Ciência Política.

C.C. – Lá em Gainesville, a opção foi porque...?

D.F. – Isso, lá em Gainesville.



C.C. – Eu fiz um ano lá, de bolsa sanduíche.

D.F. – Ah, é?!

C.C. – É.

D.F. – Ah! Interessante.

C.C. –Muito tempo atrás.

D.F. – Eu fui professor visitante lá de volta, em 1976.

C.C. – Quem estava lá? O Charles Wagley estava lá?

D.F. – O Wagley estava lá, exatamente. O Chuck, o Charles Wagley, ele era professor de Antropologia e de América Latina na Columbia University, mas ele teve uma grande tragédia familiar, o filho dele morreu em um acidente de trânsito lá em Nova Iorque e ele estava um pouco desencantado com Nova Iorque, aí a Flórida conseguiu captá-lo para... Ele era realmente o grande professor, era o mais sênior de todos os professores que lidavam com América Latina.

C.C. – Quem mais tinha que falava sobre o Brasil, o senhor lembra, na época?

D.F. – Tinha um outro antropólogo, que eu não estou lembrando; tinha o T. Lynn Smith, que era um grande professor de Sociologia, que tinha vindo da LSU – Louisiana State University – para a Flórida e trouxe todos os seus alunos de pós-graduação, e um dos ex-alunos dele era John Saunders, que era de Sociologia também, naquela época. Mas na História tinha um grande professor, também, sobre América Latina, e na História tinha um professor que estudava a Colômbia, também. E quando eu cheguei lá, em 1966, tinha tantas disciplinas sobre o Brasil... Tinha três na Ciência Política, tinha... acho que duas disciplinas na Sociologia, três na Antropologia e tinha na Geografia e também na Economia. Tinha disciplina sobre o Brasil suficiente para ter um mestrado, ou pelo menos um certificado em estudos brasileiros, naquela

época. Mas optaram por manter só o curso sobre América Latina, de mestrado. Não tinha doutorado em América Latina, mas tinha o mestrado.

C.C. – Mas o senhor fez o doutorado também.

D.F. – Sim, fiz doutorado lá também.

C.C. – Quer dizer, chegou a fazer uma dissertação de mestrado? Ou não, era...?

D.F. – Sim, eu fiz de mestrado também. Minha dissertação de mestrado, eu explico para os meus alunos que foi uma mais-valia: eu juntei um trabalho final que eu fiz em História, o trabalho final que eu fiz na Ciência Política e um outro que eu fiz... um trabalho na Metodologia de pesquisa que usava estatística. Então, com esses três trabalhos finais, já dois terços da minha tese de mestrado estava pronta. Eu pesquisei Minas Gerais na Velha República. E aí, para o doutorado, eu voltei a estudar Minas Gerais, o que eu chamo de recrutamento político: como é que os políticos entraram na política, como é que decidiram seguir uma carreira política e como é que ascenderam a escadinha, ou a carreira política. Nessa pesquisa de doutorado, eu entrevistei mais ou menos uns 150 políticos mineiros, entre deputados estaduais e federais, ex-deputados estaduais e federais, secretários de estado e alguns ex-governadores. Quando nós estávamos em Gainesville, acho que foi em 1967, Juscelino veio para fazer uma palestra para a universidade. Nós conseguimos persuadir a universidade a convidá-lo. A universidade ficou muito reticente, porque Juscelino queria cinco mil dólares para a palestra dele e eles nunca tinham pago esse tanto para um palestrante, mas nós falamos: “Mas vocês nunca tiveram um ex-presidente latino-americano aqui fazendo palestra”. Juscelino ficou lá na universidade uns três dias e nós levamos ele para... acho que era para jantar, e ele ficou muito encantado de encontrar uma mineira, a minha esposa, e aí nós sentamos cada um de um lado do Juscelino. E aí quando eu fui fazer minhas entrevistas, nós fomos para o Rio – acho que foi em janeiro de 1971 – para entrevistar alguns mineiros que estavam no Rio, inclusive o Magalhães Pinto e o Juscelino. Aí eu fui no apartamento do Juscelino para entrevistá-lo – eu já o conhecia desde a Flórida –, e aí a dona Sarah abriu a porta e me levou para sentar com ele na biblioteca dele, que é a mesma biblioteca que eles trouxeram aqui para o Memorial JK. Aí ela falou: “Juscelino, que vergonha, você vai conversar com um professor pé no chão?!”. Juscelino sentia muito

calor nos pés, então ele estava pé no chão. Aí eu falei: “Dona Sarah, está muito quente hoje” – em janeiro, não é? – “e meu pé está muito quente também”. Aí tirei meus sapatos e minhas meias e entrevistei Juscelino também pé no chão, para a dona Sarah ficar tranquila. [riso]

C.C. – O senhor o conheceu lá em Gainesville, então?

D.F. – Foi.

C.C. – E qual foi sua impressão dele e a visão dele sobre o Brasil e a política, nessa época?

D.F. – Conhecer Juscelino era uma experiência interessante, porque você, à distância, vamos supor, igual eu estou com você, você já sentia o carisma dele e seus cabelos começavam a arrepiar um pouco. Então, Juscelino tinha esse grande carisma que ele transmitia. E ele falou para a minha esposa: “Ah, Lavras?! Eu conheço muito. Já fui dançar muito lá em Lavras”. Então, Juscelino era um personagem extremamente interessante para conversar e para entrevistar. E nós ficamos muito tristes com a morte dele na Via Dutra. Foi em 1976, e minha esposa e eu tínhamos ido à Europa – nós fomos no congresso da Ipsa – International Political Science Association, em Edimburgo, e de Edimburgo viemos de trem para Londres, para conhecer Londres. Foi nossa primeira viagem à Europa. Depois viajamos no continente um pouco, também. Nós estávamos em Londres e íamos pegar um avião para voar para Paris à tarde, mas eu fui numa lavanderia *self service* para lavar algumas roupas para viajar e eu estava sentado lá e vi um jornal inglês, aí eu peguei o jornal para ler e tinha uma foto do Juscelino, que tinha morrido num acidente de carro. E essa foi a grande tristeza nossa, de ver que o Juscelino tinha morrido. Foi um choque.

C.C. – O senhor, nessa época, desde que o conheceu em 1971, e depois quando o entrevistou... Ele tinha alguma esperança de que mudasse a situação política? Qual era a visão dele sobre o Brasil, na época?

D.F. – Bom, ele tinha esperança de...

C.C. – Porque o regime foi fechando, não é?

D.F. – Foi. Ele tinha uma certa esperança de que readquirindo seus direitos políticos em 1974, ele poderia ser eventualmente candidato a presidente, e ele tinha bastante articulações anteriores com o João Goulart e também com o Lacerda – era a chamada Frente Ampla –, e isso perturbou bastante o governo militar. Mas depois o Lacerda foi, vamos supor, morto também em circunstâncias bastante suspeitas e, claro, João Goulart foi levado à morte – trocaram os remédios dele – lá no Uruguai.

C.C. – E o Juscelino, o senhor acha que foi acidente, a morte dele?

D.F. – Tudo indica que foi um acidente articulado, planejado, porque muita gente acha que o chofer dele levou um tiro. Porque quando atravessou o mediano na Via Dutra, que era já duas pistas separadas, quatro pistas, quando o carro – que era um Opala, o Chevrolet do Juscelino – atravessou e chocou com o caminhão, o caminhão que vinha atrás testemunhou de que... o chofer falou: “Quando eu vi esse carro atravessando, o chofer já estava assim”, quer dizer, já estava morto. Aí quando o Paulo Octávio, que casou com a neta do Juscelino, virou deputado federal aqui em Brasília, ele organizou uma investigação do Congresso sobre o acidente, e decidiram, essa Comissão de Inquérito da Câmara dos Deputados, que realmente foi um acidente e não foi planejado, articulado. Mas Paulo Octávio até hoje ficou muito mal satisfeito com essa conclusão que a CPI encontrou aqui.

C.C. – Mas deixa eu lhe perguntar lá sobre em Gainesville. O senhor tinha uma bolsa, ou trabalhava?

D.F. – Sim. Eu cheguei e fui... Comecei a estudar sem bolsa, mas logo eu conheci esse professor John Saunders, que era o coordenador do mestrado em estudos latino-americanos, e ele me falou: “Acho que tem uma bolsa lá na reitoria que você podia pegar. É uma bolsa para ex-voluntários da paz”. Aí eu fui lá e tinham duas bolsas, eu peguei uma e uma enfermeira que tinha sido... que estava estudando enfermagem, pegou a outra bolsa. Então eu tive essa bolsa do Graduate Council durante dois anos, depois, no terceiro ano, eu entrei numa bolsa que era chamada Title VI, que era uma bolsa do governo federal para quem estudava América Latina, e essa bolsa era um pouco maior.

C.C. – O senhor chegou a dar aula, também, não? *Instructor*.

D.F. – Fui *instructor* também. Foi no verão, no verão de lá, de 1969. Nós estávamos já nos preparando para vir para o Brasil. Porque eu peguei uma bolsa de dois anos, para fazer minha pesquisa de doutorado, mas era uma bolsa que era vinculada: eu tinha que me vincular a uma instituição de ensino no Brasil e ajudar essa instituição com suas pesquisas e dar aula também. Então eu me vinculei ao DCP – Departamento de Ciência Política da UFMG. Então, estava tudo já articulado...

C.C. – O senhor já tinha conhecido o Orlando...?

D.F. – Orlando Carvalho.

C.C. – Ele foi o seu contato para ir para lá?

D.F. – Foi meu primeiro contato. Mas meu segundo contato foi Antônio Octávio Cintra. Porque o Orlando tinha passado a cópia da minha tese de mestrado para o Cintra. O Cintra estava fazendo o doutorado no MIT, em Boston. Mas o chefe do meu departamento falou: “David, eu quero que você seja *instructor* agora no verão. Vai ficar muito bom no seu currículo”. Eu falei: “Tudo bem, eu aceito, mas você vai ter que telefonar para o pessoal da minha bolsa em Nova Iorque para acertar isso com eles”. Porque eu ia começar a bolsa em junho ou julho de 1969, mas eu teria que só começar a bolsa em setembro. Aí ele telefonou para o pessoal em Nova Iorque e eles aceitaram adiar. Então eu dei Introdução à política comparada, durante esse período de verão lá em Gainesville, em 1969. Quando eu voltei para terminar de escrever a tese, já em 1971, minha bolsa acabou em agosto de 1971 – era de dois anos. Aí, para terminar a tese, no período final de 1971, eu voltei a ser instrutor de novo.

C.C. – O senhor chegou no Brasil em agosto de 1969?

D.F. – Cheguei em Minas Gerais em setembro de 1969.

C.C. – Em setembro de 1969. E como é que era...?

D.F. – E foi muito engraçado, porque no dia que eu me apresentei no Departamento de Ciência Política, o reitor da UFMG tinha sido cassado e o chefe do departamento, que era... O sobrenome dele era Barbosa, mas não estou lembrando o nome dele. Ele também tinha sido cassado. Então foi o maior alvoroço, o maior auê no departamento, porque o reitor tinha sido cassado e o chefe do departamento também cassado. E a Fundação Ford estava discutindo e debatendo se deveria sair do Brasil – como quando teve o golpe do Pinochet no Chile, em 1973, a Fundação Ford fechou seu escritório em Santiago e foi para Lima. Então a Fundação Ford resolveu ficar e investir fortemente em bolsas de pós-graduação nas Ciências Sociais – Ciência Política, Sociologia e Antropologia –, pensando: “Nós vamos formar uma futura geração, porque quando acabar esse negócio de regime militar, esse pessoal fica bem formado e vai servir muito bem ao novo governo”. Essa foi a política que a Fundação Ford adotou.

C.C. – Quando o senhor chegou, era claro na época para o senhor que era um outro ambiente político já, mais repressivo?

D.F. – Sim. Em 1969, quando chegamos, já era anos de chumbo. Porque Castello Branco era, vamos supor, “ditabranda”, ditadura mais ou menos light; depois, com o Costa e Silva, com a nova Constituição de 1967, os poderes do presidente tinham sido mais ou menos restritos, mas com o AI-5 aí realmente o Brasil desceu às profundezas de uma ditadura muito forte. Então, em 1969 já era anos de chumbo. Quando eu cheguei aqui na UnB, em janeiro de 1972, ainda era anos de chumbo. Nessa época, no final do governo Médici, aqui na UnB, em 1972, 1973 e 1974, antes do Geisel, a situação na UnB era difícil: cada sala de aula, cada disciplina tinha um espião, que observava a sua aula. Às vezes, os alunos sabiam quem era o espião, mas às vezes não sabiam. Então várias vezes eu cheguei na aula e os alunos disseram: “Professor, hoje você pode falar qualquer coisa, porque ele não veio”. Então era uma... E de vez em quando... Alguns dos nossos alunos desapareceram por duas semanas e depois voltaram. Eles tinham sido presos, interrogados, etc. E eles... “Professor, eles me mostraram fotos de todos vocês aqui no departamento.” Porque eles tinham fotos de todo mundo para indagar as atividades de cada professor. E nós tivemos alguns alunos que nunca voltaram, e foi muito triste isso. Honestino Guimarães foi um deles, não é?

C.C. – Agora, quando o senhor chegou, em setembro de 1969, como é que estava o Departamento de Ciência Política (DCP)?

D.F. – O mestrado tinha começado em 1966 ou 1967 e já tinha alguns alunos que já tinham defendido a tese. Então eu ajudei a orientar algumas dessas teses, no mestrado. E para o credenciamento do curso eu contribuí bastante, porque eu tinha um diploma de um curso de mestrado e os outros três, o Cintra, o José Murilo e o Fábio Wanderley, estavam já terminando seus doutorados no MIT, Harvard e Stanford, mas nessas três universidades você ia direto para o doutorado.

C.C. – Eles não tinham...

D.F. – Eles não tinham o diploma de mestrado. Então eu ajudei, com o meu diplominha, a reforçar o credenciamento do mestrado. Não tinha curso de graduação em Ciência Política. Nós começamos o primeiro curso de graduação plena em Ciência Política aqui em 1988. Os professores também participavam do curso de Ciências Sociais, que era Ciência Política, Sociologia e Antropologia.

C.C. – Mas nesse período não era difícil estudar Ciências Sociais, Ciência Política em particular, num regime bem autoritário?

D.F. – Naquela época, o mestrado na UFMG, o de CP, em Ciência Política, ocupava um andar na reitoria, lá na Pampulha. E naquela época a reitoria era o único prédio que tinha. Bom, tinha outro prédio, que era o Centro de Computação. Agora a UFMG tem um campus muito grande lá na Pampulha. Então nós estávamos no sétimo andar, e no oitavo andar era o curso de biblioteconomia, de graduação. Então, porque nós estávamos fora das faculdades no centro da cidade, nós não tínhamos a intervenção de espões na sala de aula como tinha aqui na UnB, então era mais, vamos supor, mais light, não tinha muita intervenção militar.

C.C. – O senhor dava as disciplinas...? Era o que, era mais técnicas de pesquisa?

D.F. – É, eu dava técnicas de pesquisa, e depois eu dei outra disciplina, sobre a política brasileira. Dei a metodologia duas vezes. Então, quando eu cheguei aqui na UnB, em 1972, eu acho que eu voltei para Belo Horizonte duas ou três vezes para fazer parte de banca desses meus ex-alunos, que estavam terminando suas teses de mestrado. Em 1969... Bom, principalmente em 1970 e 1971, eu vim a Brasília várias vezes para fazer pesquisa para a minha tese na biblioteca da Câmara e do Senado e entrevistar mineiros, deputados e senadores, e nessas visitas aqui em Brasília eu tive muito contato com a UnB, com o Departamento de Ciências Sociais. Gláucio Soares já tinha chegado e tinha acho que três ex-alunos da UFMG que estavam no Departamento de Ciências Sociais. Aí tive contato com eles, e quando nós voltamos para Gainesville, em 1971, eles me convidaram para vir ser professor aqui na UnB. Eu tinha recebido... Eu tinha visitado a Emory University, em Atlanta, procurando um emprego, e eles me ofereceram um emprego na Emory University, mas o erro deles foi: “Bom, você não trouxe sua esposa para conhecer a cidade e a universidade. Volte para Gainesville, converse com ela e nos dá a notícia em duas semanas, se você aceita ou não”. Nesse período, o convite da UnB chegou. Nós olhamos o salário e, com o décimo terceiro salário aqui, o salário era um pouco mais do que eu teria em Atlanta, mas a oportunidade de morar em Brasília e pesquisar o Congresso, etc. era muito grande, aí nós decidimos voltar para cá.

C.C. – O senhor mencionou o Gláucio, ele que acabou indo para a Universidade da Flórida, não é?

D.F. – Foi, foi sim.

C.C. – Ficou em Gainesville muito tempo.

D.F. – Gláucio chegou na UnB, acho que foi em 1969, e eu cheguei em 1972 e Gláucio foi para a Cornell University em 1973, mas aí em 1974, ele foi para Gainesville. Ele se aposentou lá em Gainesville. Aí ele voltou para o Brasil em 1995. Então nós falamos com ele: “Quem sabe nós conseguimos reinserir você na UNB?”. Porque nós tínhamos o negócio da anistia, e Gláucio tinha sido demitido mais ou menos autoritariamente em 1977. Aí nós juntamos três ou quatro cartas de professores que conheciam essa situação e nós conseguimos a reintegração dele, por anistia, e ele foi ser professor no Ceppac, que é o Programa de América Latina, e junto com o



professor Roberto Cardoso, que era o nosso professor de Antropologia, mas desanimou com o regime militar e foi ser professor em Campinas, e ele se aposentou em Campinas e voltou para Brasília e também foi ser professor lá nesse Programa de América Latina. Então tinha esses dois grandes professores: o Roberto Cardoso e também o Gláucio. Gláucio ficou uns cinco anos aqui, conseguiu aposentar com seu salário integral aqui na UnB e sua aposentadoria de Gainesville, também, da Flórida.

C.C. – Aí foi para o Iuperj, com uma bolsa.

D.F. – Aí foi para o Iuperj. Gláucio, naquela época, talvez [fosse] nosso professor com maior renome nacional e principalmente internacional. Quando o Gláucio chegou na UnB foi enquadrado diretamente como professor titular. Ele foi para o Rio para trabalhar no... Acho que foi na GV. Era com o professor Kerstenetzky, se não me engano. Não sei.

C.C. – Ah! Sim.

D.F. – Mas, quando o Gláucio chegou, esse programa tinha sido empacado pelos militares e aí não tinha mais emprego. Aí [inaudível] fala: “Por que você não vai a Brasília? A UnB está se reestruturando, depois das devassas, e estão procurando muito professor renomado para recrutar”. Aí o Gláucio veio para Brasília, foi recrutado e ficou aqui. Acho que foi em 1969. Então, Gláucio é nosso grande colega. Em 1976, eu voltei para Gainesville como professor visitante e o Gláucio ainda estava lá, antes de voltar para... Ele voltou para o Brasil em... acho que em meados de 1976. Então nós sempre tivemos muito contato com o Gláucio e também com os seus quatro filhos.

C.C. – E o senhor... Só lhe perguntar a sua vida familiar. A Soraya nasceu nessa época? Onde?

D.F. – A Soraya nasceu em 1974.

C.C. – O senhor estava...

D.F. – Aqui em Brasília.

C.C. – Aqui em Brasília já.

D.F. – E o irmão dela, o David Ivan, nasceu em 1977. Então, nossos dois filhos nasceram aqui em Brasília. Os dois fizeram graduação e mestrado em Antropologia na UnB. Depois a Soraya foi fazer o doutorado em Antropologia na Federal do Rio Grande do Sul – ela foi em 2003 –, e nosso filho, em 2004, ele foi para a Suny-Albany – State University of New York, em Albany, para fazer seu doutorado. Naquela época, tanto a Capes como o CNPq tinham fechado a porta: “Bolsa para doutorado, para Ciência Política, Antropologia e Sociologia, doutorado no exterior não tem mais, porque temos ótimos doutorados aqui no Brasil”. Mas ele cavou uma bolsa de TA (*teaching assistant*, assistente de ensino) que sustentou ele lá por três anos.

C.C. – O senhor mencionou um pouco antes o Antônio Octávio Cintra, o José Murilo de Carvalho, que estavam fazendo o doutorado nos Estados Unidos.

D.F. – Tinham terminado os cursos, mas estavam de volta fazendo a tese.

C.C. – Sim. Mas várias pessoas dessa época, o Simon Schwartzman, **[inaudível]** Nunes...

D.F. – Sim, sim.

C.C. – ...esse pessoal todo foi estudar nos Estados Unidos.

D.F. – Bolívar Lamounier também.

C.C. – Bolívar Lamounier. Em São Paulo tinha mais a tradição francesa, várias pessoas que acho que estudavam lá.

D.F. – Tinha.

C.C. – Mas essa experiência de fazer um doutorado nos Estados Unidos muitas vezes é apontada como uma, vamos dizer, uma cultura acadêmica diferente que é trazida para o Brasil,

particularmente para a área de Ciência Política, no DCP, aqui, e no Iuperj. O senhor acha que tinha essa diferença de formação, vamos dizer, uma formação nos Estados Unidos, apesar de em lugares diferentes, em relação à Ciência Política ou à Sociologia...?

D.F. – Sim. Eu tive vários colegas que foram fazer seus... tinham mestrado aqui no Brasil e foram fazer doutorado em Paris ou no Reino Unido. No Reino Unido, no doutorado, se fazia umas cinco ou seis disciplinas só. Em Paris, a mesma coisa, cinco ou seis disciplinas e depois a tese. Nos Estados Unidos... Isso foi mais ou menos o caso da Soraya: ela fez, acho que sete disciplinas, no Rio Grande do Sul. Mas nosso filho, o David Ivan, que foi estudar lá em Albany, no seu doutorado, ele deve ter feito umas 15 disciplinas. Então, a formação dele foi maior ou mais completa do que a da irmã dele. E ele teve outra grande chance, porque, no Departamento de Antropologia lá, todos que eram assistentes de ensino (TA) eram obrigados a fazer duas disciplinas: de Pedagogia e Metodologia de ensino de Antropologia no ensino superior. Eu falei: “Você teve uma chance de ouro de ter essa formação pedagógica em ensino universitário, porque nós todos vamos ensinar nas universidades e ninguém fez curso de Pedagogia ou de Metodologia de ensino; todo mundo vai ensinar como seus professores por mal ou por bem ensinaram”. Então ele teve essa chance que foi uma chance que a irmã dele não teve. Então a estrutura do ensino americano é muito diferente do que na Inglaterra ou na França. A UnB foi instalada no modelo americano de não ter professor catedrático, de ter professor titular e de ter departamentos com autonomia e o sistema de disciplinas e estrutura de cursos semelhante aos dos Estados Unidos. O DCP e também o Iuperj, no Rio, também adotaram esse modelo mais americano do que europeu. Você tem razão, em São Paulo muita gente estudou na Europa, mas também vários da área da Ciência Política, na USP, por exemplo, estudaram nos Estados Unidos. Dois, a Argelina e também o...

C.C. – O Limongi?

D.F. – É, o Limongi. Os dois estudaram em Chicago, com um professor lá.

C.C. – O DCP lá de Minas, várias pessoas que passaram por lá acabaram saindo para o Rio ou para São Paulo, numa certa diáspora.

D.F. – Sim, sim. Fábio foi o único que ficou, realmente.

C.C. – Foi o que ficou, não é? Isso era percebido como uma perda? Ou não?

D.F. – Sim, sim, foi.

C.C. – Principalmente para o Iuperj, não é?

D.F. – Sim.

C.C. – O Iuperj virou o grande centro de Ciência Política.

D.F. – É. O Murilo foi para o Rio por causa da esposa. Ele foi fazer um pós-doutoral em Stanford e quando voltou... E tinha essa... acho que era a segunda mulher dele, e ela exigiu que ele fosse com ela para o Rio, e aí a UFMG disse: “Então você vai ter que devolver toda a sua bolsa que você teve”. Mas aí eu acho que... não sei se foi a Fundação Ford ou o Iuperj que bancou essa dívida dele com a UFMG. O Cintra veio para cá em 1985 para trabalhar com o governo Sarney. O Cintra foi um dos subsecretários do MEC quando o Marco Maciel era o ministro da Educação. Eram três ou quatro que eram cientistas sociais que Marco Maciel recrutou para serem seus subsecretários-gerais. Depois o Cintra passou num concurso de consultor na Câmara dos Deputados e, em 1985, nós recrutamos ele como nosso professor em tempo parcial, na UnB. Aí ele ficou aqui... Ele se aposentou e voltou para BH, faz uns três anos, três ou quatro anos. E o Cintra ficava muito angustiado, porque as duas filhas foram com ele... Ele foi trabalhar na OEA durante uns três ou quatro anos e as duas filhas foram com ele e se formaram em *computer design* lá em Washington e nunca voltaram para o Brasil. Uma trabalhava nos Estados Unidos e a outra foi trabalhar na Inglaterra, e as duas moram em Londres. Então ele ficava muito angustiado, porque as filhas estavam fora, longe.

C.C. – Agora, o senhor veio para Brasília em janeiro de 1972, não é?

D.F. – Sim.

C.C. – Como professor. Havia possibilidade de ficar em Belo Horizonte como professor? Ou não?

D.F. – Tinha. Quando eu saí de lá para voltar para escrever a tese, eu deixei mais ou menos articulado que eu ia voltar, já com o doutorado, para ser professor lá, mas houve uma mexida lá e eles recrutaram um casal de argentinos, e aí eu fiquei de fora. Então, quando eu aceitei o convite aqui na UnB, o convite lá já tinha evaporado. Mas, para nós, BH era interessante, porque é muito perto da terra da minha esposa. Naquela época, pela Fernão Dias, você chegava em Lavras de carro em umas três horas.

C.C. – O senhor não ficou decepcionado por não ficar em Belo Horizonte?

D.F. – É. Mas daqui, naquela época, a gente levava, para chegar em Lavras, onze ou doze horas de viagem. Hoje em dia a gente não faz mais de carro; a gente vai de avião até BH, aluga um carro em BH e vai para Lavras. Mas a minha esposa já tinha vindo comigo conhecer Brasília, na nossa lua-de-mel. Uma parte da nossa lua-de-mel nós passamos aqui em Brasília, outra parte em BH e outra parte no Rio, e o último lugar de lua-de-mel para nós foi Lima, no Peru. Porque nós pegamos um voo da Braniff, que era uma companhia americana que duas vezes por semana fazia Campinas-Lima-Bogotá-Miami. Então nós resolvemos ficar, entre um voo e outro, ficar uns três dias em Lima. E em 2014 nós fizemos 50 anos de casados, então resolvemos voltar para Lima. Passamos a Semana Santa em Lima, em 2014. É claro, a cidade mudou totalmente em 50 anos. E para nós foi muito bom voltar a Lima depois de 50 anos.

C.C. – Mas o senhor, quando chegou aqui na UnB, era Instituto de Ciências Sociais, não é? Não tinha a Ciência Política separada, ainda.

D.F. – Era Instituto de Ciências Humanas. O Roque Laraia era o diretor desse instituto, que tinha nós de Ciências Sociais... Ciências Sociais era um departamento muito grande, tinha: Relações Internacionais, Ciência Política – o professor Aleixo, filho do Pedro Aleixo, era o nosso grande professor de Relações Internacionais –, Sociologia e Antropologia. E ainda tinha o curso de Serviço Social também. Então, era um departamento grande: talvez tivesse uns 40 docentes. Em 1982, eu saí... transferi desse departamento para o novo Departamento de Ciência

Política e Relações Internacionais, que tinha sido criado em 1976. A UnB criou uma graduação em Relações Internacionais, eu acho que foi em 1973 ou 1974, com a ajuda do Itamaraty, etc. Para abrigar esse curso de Relações Internacionais, nenhum departamento quis aceitar, porque não tinha sido consultado quando foi montado. Foi montado na reitoria. Então, a Ciências Sociais não aceitou, a História não aceitou, a Economia não aceitou, a Administração não aceitou, aí esse curso de relações internacionais ficou lotado no Instituto de Ciências Humanas, e o Roque era o coordenador. Depois, em 1976, criaram o novo Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, então, esse departamento dava as disciplinas de Ciência Política, dentro das Ciências Sociais.

C.C. – Mas conviviam bem, no Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais?

D.F. – Sim, convivia mais ou menos bem.

C.C. – E está até hoje, não é? Hoje, no CNPq, por exemplo, é junto ainda, não é?

D.F. – Sim. Não sei se já tem uma área separada na Capes ou CNPq para Relações Internacionais, mas já tem uns dez ou doze mestrados e pós-graduações em Relações Internacionais aqui no Brasil. Então esse curso foi o primeiro no Brasil. Logo depois a Estácio de Sá criou a graduação em Relações Internacionais no Rio. Mas em 1982, depois que nós voltamos de Albany ... – Nós fomos a Albany por um ano e meio. Em 1980, 1981 e 1982, minha esposa fez o mestrado em Biblioteconomia e Informação e eu fiquei como pós-doutoral pelo CNPq – Quando nós voltamos, em 1982, aí eu me transferi de Ciências Sociais para esse novo Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, e eu fui eleito chefe desse departamento em 1985 e fiquei de 1985 a 1989. Aí no final de... acho que foi de 1987, uns alunos da concentração em Ciência Política, nessa graduação em Ciências Sociais, vieram falar comigo: “Professor David, nós nos formamos com o diploma de Ciências Sociais, mas, com a concentração em Ciência Política, eles nos chamam de cientista político, mas nós só fazemos umas cinco ou seis disciplinas de Ciência Política. Por que nós não criamos uma graduação plena só de Ciência Política?”. Eu falei: “Excelente ideia! Vocês...”. Era um grupo de uns dez alunos. “Vocês escolhem quatro dos seus, eu vou escolher quatro professores e vocês vão fazer uma força-tarefa para montar esse curso, como é que vai ser”. E aí nós levamos para o Conselho

Universitário no início de 1988 – Cristovam era o nosso reitor, ainda –, e logo o Conselho Universitário aprovou o curso e nós fizemos o primeiro vestibular em julho de 1988.

C.C. – Havia pessoas que eram contra porque achavam que era uma superespecialização precoce, que devia ser uma...

D.F. – Nós tentamos convencer os colegas da Sociologia e a Antropologia: “Façam sua graduação separada, também, graduação só em Sociologia e outra em Antropologia”. “Ah, não, David, você é louco! Isso dá muita mão de obra, muito trabalho!” Mas nós fomos a primeira graduação plena em Ciência Política, na UnB. Mas o mestrado em Ciência Política e o mestrado em Relações Internacionais tinham sido criados antes, em 1984. E isso foi outra batalha. Porque nós recebemos acho que duas ou três visitas da turma da Capes tentando nos forçar a fazer um mestrado só, junto, e não ter dois mestrados separados. O último grupo da Capes que veio, eles foram duramente convencidos pelos alunos. Os alunos deram muito duro de que essas são duas áreas separadas e explicaram tudo como é que funcionava Relações e como é que funcionava Ciência Política, e aí aceitaram. Mas outra batalha foi na Anpocs. A Anpocs só nos reconheceu como dois mestrados com votos na Anpocs... Deve ter sido em 1989 ou 1990. Porque, com dois mestrados separados, nós íamos ter dois votos. Então, essa foi outra batalha, de conseguir nos filiar plenamente à Anpocs.

C.C. – O senhor passou um ano como assessor parlamentar no Senado?

D.F. – Foi. Foi.

C.C. – De 1985 a 1986, não é?

D.F. – É. Até o início de 1987. Eu fui assessor do Enéas Faria, que era senador pelo Paraná e, naquela época, ele era primeiro-secretário do Senado. Então essa foi realmente uma grande experiência, de trabalhar por dentro, dentro do Legislativo, como funcionário.

C.C. – De alguma coisa que o senhor estudava, não é?

D.F. – É, exatamente.

C.C. – Mas como é que surgiu o convite para ser assessor dele?

D.F. – Eu tinha essa ligação com a Suny-Albany, e Suny-Albany tinha um curso de Administração Legislativa, de mestrado, e eles levaram vários funcionários da Câmara e do Senado, em convênio com a Câmara e Senado, para fazer mestrado lá em Albany. Então um desses ex-alunos virou secretário-geral do Senado e antes ele era como se fosse um subcoordenador de uma área lá. Então ele convenceu o senador de me convidar para ser assessor. Mas chegou 1986 e o senador queria que eu fosse para o Paraná ajudar na campanha dele de reeleição para o Senado, e eu e outros dois ou três assessores falamos: “Senador, você chegou a ser senador porque o senador Richa, que você era suplente, virou governador em 1982, e ele vai ser candidato de novo ao Senado, deixando o governo”, o Richa, “e vai ser muito difícil a sua reeleição. Ele é PSDB e você é... Não. Vocês dois PMDB. Vai ser difícil”. “Ah, não! Eu vou ser candidato, sim.” Eu falei: “Senador, eu não posso sair de Brasília para coordenar sua campanha lá no Paraná. Eu sou chefe do meu departamento, eu tenho esposa e dois filhos aqui, eu não posso fazer isso. Então recruta outro que é solteiro para ir fazer isso”.

C.C. – O senhor teve que se afastar da UnB para ser assessor?

D.F. – Não. Em 1985, quando eu fui trabalhar no Senado, o Cristovam não era ainda o nosso reitor. O Luiz Otávio, que era professor de Letras, tinha assumido a reitoria quando o sistema do Azevedo fracassou. Então ele falou: “David, você vai trabalhar lá, mas você vai continuar chefe do departamento”. Ele deu um jeitinho para isso. Mas foi uma experiência tão interessante que deu uma abertura para a gente fazer um curso de especialização em Assessoria Parlamentar na UnB. Em 1985, o Sarney assumiu e ele chamou um embaixador para ser o coordenador de Assuntos Parlamentares, o que era a Subsecretaria de Assuntos Parlamentares (Supar). Então esse embaixador me telefonou e falou: “Professor David, todas as assessorias parlamentares dos ministérios estão muito desacostumadas, porque o cachimbo fez a boca torta, porque estão acostumados com o regime militar, e agora nós temos o regime democrático e a assessoria parlamentar é totalmente diferente. Vocês, na UnB, têm como montar um curso de treinamento para assessoria parlamentar?”. Eu falei: “Sim, embaixador, vamos sentar e tentar



fazer isso”. Aí nós montamos esse curso e fizemos esse curso em 1986 e repetimos em 1988 e repetimos... acho que mais umas cinco ou seis vezes depois. Então os jornais aqui no Brasil... “O professor David está ensinando lobby, como fazer lobby.” Eu falei: “Não...”.

C.C. – Mas, na universidade, era bem-aceito, esse curso?

D.F. – Sim, sim.

C.C. – Ou tinha resistências?

D.F. – Naquela época, você podia ter funcionando bem esses cursos de especialização, porque esses cursos são pagos, os alunos pagam. Depois passou por um período onde não podia pagar, e aí ficou muito difícil para fazer. É chamado de assessoria parlamentar ou relações governamentais. A Suny-Albany nos ajudou também com esse curso e vários assessores da Câmara e do Senado também nos ajudaram. Então essa foi outra experiência que foi fruto dessa experiência lá no Senado.

C.C. – Uma dúvida: o senhor se naturalizou brasileiro?

D.F. – Sim, em 1995.

C.C. – Em 1995. Ser americano não teve nenhuma dificuldade, em todo esse período na universidade?

D.F. – Não. Naquela época, eu entreguei no consulado americano aqui em Brasília, uma carta explicando as razões por que eu estava me tornando cidadão brasileiro, e a razão principal era a Previdência Social. Porque parecia que, se você não era cidadão brasileiro, sua aposentadoria seria muito prejudicada, porque você não era cidadão brasileiro. Então o consulado, naquela época, aceitou isso numa boa. Eu tenho um amigo americano que é tradutor juramentado aqui no Brasil, e para ele fazer o concurso para tradutor juramentado – acho que ele fez em 1972 ou 1973 – você tinha que ser cidadão brasileiro, então ele se tornou cidadão brasileiro e a embaixada tirou a cidadania americana dele. Naquela época, era mais linha dura, vamos supor.

C.C. – O senhor não perdeu a cidadania americana.

D.F. – Não, não perdi. Nossos dois filhos nasceram aqui no Brasil, mas por ter um pai americano, seu nascimento foi registrado na embaixada e conseguiram sua certidão de cidadão americano. Já com a nossa neta, que nasceu aqui em Brasília, a nossa filha, que é cidadã americana, só que não é cidadã nata, ela poderia passar para a filha dela, mas ela teria que ter morado nos Estados Unidos uns cinco anos, depois de 15 anos. Mas não morou. Depois nós descobrimos que tinha o CCA – Child Citizenship Act, acho que de 2000, que o avô podia passar para o neto ou a neta, ou a avó, e aí eu tive que juntar toda a documentação dela, da nossa filha e de nosso genro e toda a minha documentação para mostrar que eu morei nos Estados Unidos 15 anos, depois de fazer 15 anos. Aí eu tive que juntar todas as certidões de trabalho, de universidade e não sei o quê, e acho que eu consegui juntar 17 anos. Aí nós mandamos toda essa documentação para um lugar no Arizona, junto com um cheque de 600 dólares, para custear o processo, e aí telefonaram para a nossa filha, acho que foi no final de 2014, para marcar a entrevista, porque a neta tinha que fazer uma entrevista. Aí marcou para fazer em Washington, no final de janeiro. Eu já estava lá com...

C.C. – Sua neta tinha quantos anos, nessa época?

D.F. – Naquela época, tinha quatro anos e meio.

C.C. – E tinha que ser entrevistada?

D.F. – Tinha que ser entrevistada, com a presença da mãe e do avô. Então elas foram me encontrar em Washington no final de janeiro de 2015 – eu estava lá como professor visitante, na George Washington University –, e então nós fomos para a entrevista. E ela tinha já decorado a fala dela, ela sentou e falou para a senhora: “*Good morning, my name is Cecília*”. [riso] Então a senhora explicou para nós que só chama para a entrevista quando tem 90% de chance de que toda a documentação está em ordem. Só querem verificar fisicamente a existência dos três, não é?

C.C. – Sim. Então ela conseguiu a cidadania por causa do avô.

D.F. – Aí depois da entrevista, esperamos ainda uns 40 minutos, aí a mulher apareceu com uma bela certidão – uma certidão desse tamanho – da cidadania dela. E com isso ela conseguiu o passaporte americano.

C.C. – Graças ao avô.

D.F. – Aí nós voltamos para a casa do meu filho e nossa nora, que moram em Fairfax, na Virgínia, aí ela falou com a tia: “Tia Lu, agora que eu sou americana, eu vou morar com vocês aqui”. [riso] Então ela teve essa chance. Em 2015, ela fez cinco anos e, em agosto de 2015, nossa filha, a Soraya, foi fazer um pós-doutorado na Johns Hopkins University, em Baltimore. Então, chegando lá, a nossa neta tinha cinco anos e foi direto para o *kindergarten* e, inicialmente, não gostou, porque ela entendia bastante de inglês, mas não falava, mas eles tinham inglês intensivo, de 40 minutos por dia, e com isso ela ficou bilíngue rapidamente.

C.C. – O senhor nunca pensou em voltar e morar de vez nos Estados Unidos? Ou nunca teve oportunidade? Ou nunca quis?

D.F. – Pensamos. No final de 1984, eu fui num congresso que foi realizado na Universidade da Califórnia, em San Diego, e um dos objetivos dessa conferência era recrutar professor. Aí eu fui. E essa era uma possibilidade. Depois eu fui num outro congresso, um evento que o Gláucio Soares organizou lá em Gainesville – foi no início de 1985 –, e eu visitei a University of Miami, onde tinha uma possibilidade de ser professor. E nós estávamos muito desanimados aqui em Brasília, no final de 1984 e início de 1985, na abertura, porque parecia que o sistema autoritário, na UnB, ia continuar, e nós estávamos muito desanimados com isso. Mas quando eu voltei, rapidamente a UnB conseguiu desfazer o esquema que o Azevedo tinha deixado, com autoritarismo, e eu fui eleito chefe do departamento e aí nós esquecemos a oferta lá na University of Miami. Nós falamos sobre isso num café da manhã e nosso filho, que naquela época tinha uns oito anos, mais ou menos, ele falou: “Em Miami tem praia?”. Eu falei: “Tem muita praia”. “Ah! Eu voto por ir para lá.” [riso] Então, essa foi a única vez que realmente nós pensamos. Minha esposa falou: “Se por acaso a Soraya resolver ir morar permanentemente nos

Estados Unidos, nós vamos ter que ir para lá, porque todo mundo está lá”. Mas acho que ela não vai, não.

C.C. – Ela foi para o sul?

D.F. – É, exatamente. Nosso filho foi para lá. Ele terminou o doutorado em 2009, lá na Suny-Albany, e ele fez dois concursos na UnB e ficou muito decepcionado, porque os dois concursos tinham maracutaia. Muito concurso já tem uma pessoa pré-escolhida.

C.C. – Um candidato escolhido.

D.F. – É, já pré-escolhido. E aí, acho que foi em agosto, ele foi entrevistado por Skype por uns três professores da Universidade de Illinois, em Urbana, porque eles estavam criando o novo Programa de Estudos Brasileiros, com uma grande *endowment*, doação, dotação do Jorge Paulo Lemann, e precisavam de um vice-diretor para esse novo Centro de Estudos Brasileiros. Então ele foi contratado. E aí, em outubro de 2009, ele foi para lá, e nossa nora foi em dezembro. Depois, ele ficou um pouco descontente, porque eles não cumpriram todo o prometido para ele, e aí, quando pintou a chance de trabalhar com a Inter-American Foundation, em Washington, com o dobro do salário, ele foi na hora, em 2011, para Washington, e está lá nessa Inter-American Foundation até agora.

C.C. – O senhor se aposentou aqui na UnB foi em...

D.F. – Em 2003.D.F. Mas eu continuava dando aula e orientando teses. Em 2005, me fizeram professor emérito. Então eu continuo dando algumas disciplinas no mestrado e doutorado e também no Centro de Estudos de América Latina,. Minha esposa critica...

C.C. – A Universidade do Distrito Federal...

D.F. – A UniDF foi outra aventura.

C.C. – O senhor foi em 2005.

D.F. – Em 2005 me chamaram, eu já era aposentado, me chamaram para ajudar a implantar a nova Faculdade de Ciências Sociais. Eles queriam fazer um curso de Ciência Política, outro de Relações Internacionais e outro de Sociologia. Aí nós conseguimos implantar Ciência Política e Relações Internacionais, mas Sociologia não deu quórum no vestibular. Mas cursos noturnos. Então Ciência Política noturno existe lá até agora. E atraiu muita gente que queria ou poderia estudar Ciência Política na UnB, mas o chefe não deixava estudar durante o dia, mas à noite, tudo bem. Até, nas transferências, eu vi um aluno da UnB de Ciência Política que queria transferir para lá, para a UniDF. Aí chamei ele para conversar, porque eu achei muito inusitado. Eu falei: “Mas por que o senhor quer sair da UnB para estudar aqui?”. “Ah, porque aqui seu curso é à noite e agora eu consegui um emprego” – acho que era alguma coisa no governo federal – “e meu chefe é muito durão e não deixa a gente sair para estudar durante o dia, então minha única chance de terminar a graduação em Ciência Política é com vocês aqui, à noite”. Então, essa foi uma experiência interessante, em 2005 e 2006. Mas em 2007 eu saí de lá, porque... O reitor era o Rezende, filho do senador Eurico Rezende, do Espírito Santo, e era muito cabeça fechada, cabeça-dura. Era a única universidade no Distrito Federal que era com fins lucrativos, porque era familiar. Então, isso fechava a porta para a Finep, para o CNPq, para a Capes, porque eles só dão financiamento para... sem fins lucrativos. Então, eu não aguentei mais e caí fora. Mas depois algum grupo de São Paulo comprou, e um colega meu continuou dando aula lá e falou... Ele falou: “Ah! Agora tem turmas de cem alunos”. Eu falei: “Como, se as salas só comportavam 50?”. “Ah, não, foi fácil: derrubou a parede.” Então, a UniDF mudou muito, tem outros cursos novos, tem até medicina, eu acho. Então essa foi uma experiência interessante, implantar o novo curso de Ciência Política lá.

C.C. – Agora, sobre, vamos dizer, a sua produção acadêmica, o senhor transitou por vários temas da Ciência Política, principalmente partidos políticos, sistemas eleitorais e tal. Como é que o senhor viu a evolução, ou a transformação de como se estudava o tema nos anos 1970 para hoje em dia, por exemplo?

D.F. – Bom, nos anos 1970, só tinha a Arena e o MDB, de partidos.

C.C. – Sim.

D.F. – E depois, a partir de 1980, aumentou um pouco a pluralidade partidária, então apareceram mais coisas para estudar. Uma das coisas era estudar o troca-troca, o que é chamado de migração partidária – o professor Ranulfo, lá da UFMG...

C.C. – Carlos Ranulfo.

D.F. – ...fez um belo livro sobre esse negócio de troca-troca de partido.

C.C. – Mas eu lhe perguntei não tanto pelo objeto em si da política, mas o ambiente acadêmico dos estudiosos da política, o que mudou mais, na sua percepção. Ou se não mudou.

D.F. – Bom, passou a fazer mais pesquisas com entrevistas e também, desde os anos 1970, passou a fazer mais pesquisas quantitativas, sobre eleições e sobre partidos. Então isso mudou um pouco a metodologia de estudar os dois objetos. Mas eu também fiz algumas publicações e pesquisas sobre o Legislativo e também sobre corrupção. Algumas pessoas nos criticaram: “Mas vocês estão ensinando introdução à corrupção na UnB, ensinando os alunos como fazer corrupção”. “Não, nós estamos ensinando a eles como a corrupção funciona e como é nociva, etc”. Eu também fiz algumas coisas comparativas, porque eu fui participar de comissões de observação eleitoral, aqui no Brasil, no Uruguai e na Argentina, e também comissão pré-eleitoral, em São Tomé e Príncipe e também em Moçambique. Então essas experiências internacionais contribuíram um pouco para a minha produção acadêmica.

C.C. – Como é que foi essa experiência africana? O que o senhor achou de lá?

D.F. – Foi muito interessante. Esses países estavam começando a ter eleições. Depois que o Muro caiu e perderam o vínculo com o Leste Europeu, resolveram fazer eleições pluripartidárias, e São Tomé e Príncipe estava competindo com Cabo Verde para fazer eleições, quem ia fazer primeiro. Então a Usaid estava procurando um assessor, consultor, para avaliar o processo pré-eleitoral em São Tomé e Príncipe, porque estavam pedindo dinheiro para financiar as eleições. Aí procuraram alguém que falava português e conhecia eleições, então me acertaram. A mesma coisa em Moçambique. Eu fui para Moçambique... São Tomé e

Príncipe foi em 1990 e Moçambique foi em 1992. Mas Moçambique eu fui numa comissão com um politólogo uruguaio, Juan Rial, e um advogado de Nova Iorque que falava português muito bem. Então foi uma experiência muito interessante.

C.C. – E como é que foi a transição lá em Moçambique?

D.F. – Em Moçambique foi complicado, porque eles estavam no final da guerra civil – e até nós entrevistamos alguns líderes da insurgência, da guerra civil.

C.C. – O Chissano, você...?

D.F. – Não, o Chissano não. Nós entrevistamos alguns líderes do movimento. Eu fui à Beira, para ver como estavam preparando as eleições no Corredor de Beira. O Corredor de Beira é um corredor que liga o Zimbábue ao porto de Beira. E aí nós subimos pelo corredor para ver os preparativos das eleições em vários municípios e paramos para almoçar na volta, e o dono do restaurante viu o que nós estávamos fazendo e falou: “Você quer conversar com a Renamo, com os rebeldes? Eles estão aqui no mato, a uns cinco quilômetros daqui. Eu conheço eles muito bem, porque já sequestraram vários dos meus empregados”. Eu falei: “Como é que você conseguiu resgatar? Muito dinheiro?”. “Não, eles queriam comida; aí eu dei comida para eles e eles libertaram meus funcionários. Mas eu levo vocês lá para conversar com eles.” Aí os moçambicanos que estavam nos acompanhando não acharam muita graça, não. O Juan Rial foi para mais ao norte de Moçambique e ele ficou muito impressionado lá, porque lá é praticamente 100% mulçumanos. E lá no norte de Moçambique estavam muito descontentes com o sul, porque o sul estava esquecendo eles. E na Constituição de Moçambique era expressamente proibido ter partido com vinculação religiosa – porque eles tinham visto o que aconteceu na Argélia, onde o partido islâmico ganhou, mas os militares não deixaram assumir. Eles estavam pedindo aos financiadores internacionais 80 milhões de dólares para fazer a eleição, e nós verificamos... “Com 40 vocês fazem tranquilamente.” Então eles ficaram muito chateados. Eles queriam comprar avioneta, queriam comprar jipe, caminhão, não sei o quê. Nós falamos: “Avioneta tem aos montes aqui, é só fazer *leasing*, e caminhão, vocês têm muito caminhão aqui que falta só bomba de gasolina, distribuidor ou outra peça, então é só consertar os que

“você já têm, não precisa comprar novo, não.” Eles ficaram muito chateados com o nosso relatório.

C.C. – E em São Tomé e Príncipe como foi?

D.F. – Em São Tomé e Príncipe foi mais tranquilo. A influência chinesa lá era grande, e também de Angola – Angola fornecia todo o petróleo para eles de graça e a China tinha construído um grande prédio para a sua Assembleia Legislativa, por exemplo. Mas eu cheguei lá e eu fui... O governo designou um comissário para me acompanhar, um funcionário do governo que me acompanhou o dia inteiro – onde eu fui e conversar com quem. Alguns ex-alunos nossos aqui da UnB eram de São Tomé e Príncipe e um deles me deu duas sacolas de coisas para entregar para a família dele, aí eu telefonei para a família e marquei para almoçar com eles no sábado. Aí eu expliquei para o comissário: “Escuta, eu vou almoçar com essa família do meu aluno lá de Brasília e você não foi convidado, eu acho melhor você passar o sábado e domingo com a sua família, porque você está me acompanhando o dia inteiro e esqueceu da sua família”. “Ah, tudo bem.” Aí, quando eu cheguei lá, eu perguntei para a família: “Vocês conhecem algumas pessoas da oposição?” A oposição era um racha do governo. “Ah, sim, eu conheço eles todos.” “Me marca para conversar com alguns deles hoje à tarde.” Aí telefonou, marcou e eu fui conversar com a oposição. E na eleição essa oposição ganhou. Mas foi bastante tranquilo. Em São Tomé e Príncipe não teve muitos problemas, não, e eles realizaram suas eleições numa boa, sem grandes problemas. Mas em 1995 eu voltei para Moçambique, já depois das eleições de 1994, para... A Suny-Albany tinha pego uma dotação da Usaid para ajudar a treinar o pessoal na Assembleia Nacional de Moçambique, então, eu fui com esse grupo da Suny-Albany para implantar o projeto. Aí eu tive a chance de encontrar com vários dos meus entrevistados, que eu tinha entrevistado em 1992.

C.C. – E como é que o senhor viu esses anos entre a primeira visita e a segunda?

D.F. – Tinha evoluído. O partido do governo tinha uma boa maioria na Assembleia, mas eles tinham muitos problemas econômicos para resolver. Mas eles... Moçambique tem muitos recursos minerais e tem companhia brasileira lá ajudando a explorar esses recursos minerais. Mas as nossas companhias brasileiras, a Odebrecht e várias outras, estão numa competição



direta com os chineses, que também querem pegar esses projetos. Mas os chineses só trazem peões da China para trabalhar; já as empresas brasileiras são diferentes, eles contratam gente local. Eu voltei para a África do Sul – acho que foi em 1999 –, para um congresso em Durban sobre transparência internacional, e no voo para Joanesburgo, quem estava nesse voo era o Celso Daniel, e aí nós conversamos muito com o Celso Daniel, e ele era uma pessoa... Já foi assassinado, não é? Ele era uma pessoa muito interessante para conversar. Ele ainda era prefeito lá da cidade. Então, essa foi uma experiência paralela, de encontrar e conversar com o Celso Daniel durante o voo. Mas a África do Sul é um país bem interessante, é muito interessante, e tem alguns problemas semelhantes do que nós temos aqui no Brasil.

C.C. – O senhor tem uma característica de sempre ter falado muito...

[FINAL DO ARQUIVO 01]

C.C. – O senhor participa muito na mídia: quando é entrevistado, quando lhe chamam, o senhor fala.

D.F. – Sim, sim, é verdade.

C.C. – Como que é esse relacionamento com a mídia para falar de política?

D.F. – Bom, hoje em dia você pode falar praticamente tudo. Você tem que tomar cuidado para não ofender alguém, porque você pode ser até processado, então você tem que usar uma linguagem mais *soft*, não pode ser muito agressivo nas entrevistas. E muitas vezes o jornalista quer levar você para falar certa coisa, porque o jornalista quer que você fale e apoie a ideia dele. Então é muito complicado, você tem que dizer: “Não é bem assim, é mais assim que está acontecendo e vai acontecer”. Eu sou muito chamado para fazer essas entrevistas na televisão, na rádio também, muita coisa na CBN e na Jovem Pan, em São Paulo, e também muitas entrevistas por telefone com jornais. De vez em quando minha esposa fica muito irritada com tanta demanda assim de entrevistas.

C.C. – E a demanda geralmente é para falar sobre conjuntura, sobre fatos muito recentes, não é? Quer dizer, não é uma...

D.F. – É, conjuntura. E com a Lava Jato tem muito assunto. No período das eleições, tanto no ano passado, em 2016, como em 2014, 2010, 2012, tem muita demanda durante as campanhas eleitorais também, e depois para analisar os resultados. Isso tem sido frequente.

C.C. – Bom, não vou lhe perguntar sobre conjuntura, mas a conjuntura, vamos dizer, política dos últimos anos tem sido um terreno fértil para um cientista político.

D.F. – Sim, sim. Eu brinco com meus amigos jornalistas: “Isso é muito bom, porque mantém o seu emprego e mantém o meu também”. [Riso]

C.C. – Mantém os dois. Agora, mais de curiosidade, o senhor acha que vai ter uma solução boa? Ou não?

D.F. – Bom, isso depende muito do que se chama de os fatos novos. O destino do Temer vai depender muito dos fatos novos nas próximas semanas, porque tem uma delação muito violenta que vem do Lúcio Funaro, que era o operador financeiro do PMDB.

C.C. – Teve a denúncia agora, que a Comissão não aceitou, mas não foi a plenário.

D.F. – E tem mais uma ou duas denúncias que vêm.

C.C. – Sim, que ainda vêm.

D.F. – E, aparentemente, o Eduardo Cunha está fazendo sua delação, que pode ser até pior para o Temer.

C.C. – Mas eu lhe pergunto assim, tentando se afastar um pouco da conjuntura, eu vejo posições muito diferentes, muito extremadas, hoje em dia: uns achando que nós estamos entrando num processo quase que ditatorial, controlado por grandes grupos, mídia etc., e outros achando que,

no fim, é um processo de transformação para melhor, por efeito, vamos dizer, de maior necessidade de transparência, por efeito da Lava Jato.

D.F. – Eu acredito mais nessa visão da transformação.

C.C. – Transformação. Mas...

D.F. – Positiva. Porque nós temos, para todos os efeitos, a Lava Jato, nos últimos três anos, temos o impeachment da Dilma, temos os problemas sérios que o Temer está tendo e seu PMDB, e isso está levando para um novo conceito de política, que é chamado de *outsider*, como o João Dória: “Eu não sou político; eu sou gerente, sou administrador”, e ganhou no primeiro turno. O Kalil, em Belo Horizonte, nunca se candidatou a nada e nessa linha: “eu sou empresário”, não sei o quê, e ganhou. E em Betim, que é uma grande cidade na Grande Belo Horizonte, o Medioli, que é dono do jornal *O Tempo*, ganhou para prefeito lá como novidade, como *outsider*, não político. Então tem esse fenômeno, que alguns chamam de fenômeno Trump: Trump nunca foi candidato a nada e foi eleito presidente, infelizmente, dos Estados Unidos.

C.C. – É, mas falam do descrédito da classe política.

D.F. – É, e tem o descrédito da classe política, ao ponto de que... Usualmente, de quatro em quatro anos tem uma renovação na Câmara dos Deputados perto de 50%, 50% de novatos, um pouco mais ou um pouco menos, e eu acho que em 2018 vai ter uma renovação muito grande na Câmara dos Deputados. Pode chegar a 70%. E sendo que um terço do Senado já é acusado, pode ter uma grande renovação no Senado também, porque o Senado tem duas vagas e tem gente que vai se candidatar a governador também. Então, no Congresso Nacional, vai ter uma grande renovação, tanto de deputados como de senadores. E a eleição presidencial provavelmente vai ficar sem Lula, por várias razões. Então, sem Lula, a eleição presidencial vai ser bem aberta, sem nenhum candidato já... preferencial dado como eleito. Então a eleição presidencial vai ser bem interessante, no ano que vem. Então tudo isso indica que vai ter novatos, novos eleitos governadores também, e isso indica que vai ter uma possibilidade de uma renovação, uma transformação da política a partir de 2019. E eu espero que vá ser positiva.

Mas tem gente que diz que não. O Bolsonaro está subindo nas pesquisas e ele pode ser um candidato forte. Ele é considerado *outsider*, também. Apesar de ter quatro ou cinco mandatos como deputado, ele nunca fez parte da tradicional elite política brasileira, então ele é um pouco *outsider* desse sistema tradicional de política. E tem o filhinho dele que também é deputado. A Marina é uma pré-candidata, talvez consiga mais seus tradicionais 20%; Ciro Gomes é candidato, talvez consiga seus tradicionais 12%; tem o Dória, que deve ser o candidato pelo PSDB, porque os três caciques do PSDB estão acusados de muita corrupção; o PMDB não tem candidato. Mas pode aparecer outro *outsider* que ninguém está nem pensando hoje. Então a eleição de 2018 é muito indefinida, não está bem definida. Mas eu tenho a percepção de que vai ser uma transformação para melhor, por causa de tudo que nós já passamos.

C.C. – Professor, eu tenho só mais uma pergunta que eu queria fazer...

D.F. – Sim.

C.C. – ...até para não abusar do seu tempo. É mais uma curiosidade que eu tenho perguntado para vários entrevistados. Se o senhor tivesse que destacar um livro, no campo da Ciência Política, que leu, que lhe marcou muito, o que lhe vem à mente, na sua formação?

D.F. – Ah! Essa é uma pergunta interessante, porque a gente tem tantos livros que a gente já viu e já estudou. Ah! Bom... Essa é uma boa pergunta. Eu teria que pensar bastante para responder. Um dos livros que para mim foi muito importante foi do Giovanni Sartori, seu livro sobre partidos políticos, que foi publicado pela editora da UnB, acho que em 1982, se não me engano.

C.C. – A UnB publicou uma coleção enorme sobre Ciência Política, não é?

D.F. – Foi. Sartori, eu conheci pessoalmente, já várias vezes. Ele acabou sua carreira como professor super-sênior na Columbia University. E esse livro eu uso bastante na minha disciplina sobre partidos políticos e também ele tem alguns escritos sobre eleições que a gente usa. Então, talvez esse seria um dos livros que eu podia mencionar.

C.C. – Está ótimo. Bom, temos já duas horas de entrevista. Queria agradecer mais uma vez pela sua disponibilidade.

[FINAL DO DEPOIMENTO]